Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2010 e de 2009 (Em reais)

A depreciação do exercício de 2010 montou em R\$ 944.688 (R\$ 822.800 em 2009), sendo debitada ao custo de produção e às despesas operacionais. O montante de itens totalmente depreciados ainda em uso em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 3.467.569 (R\$ 2.226.358, em 2009). Visando refletir adequadamente nas estimativas de vida útil os efeitos dos desgastes acentuados decorrentes da intensa utilização de alguns itens do imobilizado, particularmente chapeiras, veículos de passageiros, jogos de mesa, geladeiras, gôndolas e barracas, a "Sociedade" obteve parecer técnico emitido pelo Instituto Nacional de Tecnologia (Ministério da Ciência e Tecnologia). Em função deste estudo técnico, a partir de janeiro de 2010 as taxas de depreciação dos mencionados bens foram ajustadas, refletindo um aumento da depreciação do exercício, não tendo sido contabilizado qualquer ajuste retroativo em função da alteração das taxas de depreciação. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 não existiam indicadores de que existam ativos reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Portanto, a "Sociedade" considerou desnecessário efetuar o teste de redução ao valor recuperável para seus ativos e nenhuma provisão foi constituída.

10. Fornecedores:

	2010	2009
Fornecedores de matérias primas	642.799	578.019
Outros fornecedores	2.030	-
Total	644.829	578.019

11. Obrigações Sociais:

	2010	2009
Salários e ordenados	536	1.285
Férias	260.468	241.529
Outras	69.328	59.123
Total	330.332	301.937

12. Parcelamento Especial Lei 11.941/09: Em 30 de novembro de 2009, a "Sociedade" aderiu ao programa de parcelamento de tributos denominado REFIS IV, instituído pela Lei 11.941/09, a qual, entre outros assuntos, trata do parcelamento de débitos tributários vencidos até 30 de novembro de 2008, incluindo: **(a)** débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e os débitos para com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN); **(b)** o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS, no PAES, no PAEX, no parcelamento previsto no artigo 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (parcelamento previdenciário), e no parcelamento previsto no artigo 10 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 (parcelamento federal), mesmo que tenham sido excluídos dos respectivos programas e parcelamentos; **(c)** débitos decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI oriundos de aquisição de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários relacionados na TIPI com incidência de alíquota zero ou como não tributados. Em função da adesão ao REFIS IV, a Administração da "Sociedade" incluiu no parcelamento os saldos devedores de diversos débitos fiscais e de processos judiciais que se encontravam em curso no âmbito federal, cujos saldos devidos, líquidos dos descontos sobre os encargos (multas e juros) previstos na Lei 11.941/09 e das antecipações de pagamentos já realizadas até 31 de dezembro de 2010. O saldo a pagar do parcelamento em 31 de dezembro de 2010, está classificado como segue:

	2010
Passivo Circulante (12 parcelas mensais a liquidar em 2011)	2.360.231
Passivo Não Circulante (04 parcelas mensais a liquidar em 2012)	786.744
Total	3.146.975

O saldo devedor do parcelamento REFIS IV foi calculado com base nas regras emitidas pela Receita Federal do Brasil - RFB até 31/12/2010, as quais ainda carecem de esclarecimentos quanto aos critérios de atualização monetária, critérios de contagem das parcelas de parcelamento, critérios de inclusão de débitos parcelados anteriormente, etc. Portanto, quando da consolidação do saldo a ser definitivamente incluído no Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (REFIS IV), a ser realizado pela RFB até meados de 2011, é possível que ocorram alterações que impliquem em variação no saldo devedor contabilizado em 31/12/2010. Considerando-se estas incertezas quanto ao programa de parcelamento REFIS IV, a "Sociedade" adotou critérios conservadores na definição do saldo devedor e não espera variações relevantes em relação ao saldo contabilizado. No que se refere ao número de parcelas, a "Sociedade" optou pelo pagamento do saldo devido em 30 meses, contados a partir da data que fez a sua adesão ao REFIS IV (novembro de 2009). Com base neste critério, em 31 de dezembro de 2010 eram devidas 16 parcelas. Tendo em vista que o parcelamento do REFIS IV refere-se a débitos originados em períodos anteriores a 31/12/2009, o valor do parcelamento devido naquela data foi ajustado à conta de lucros acumulados, a título de ajustes de exercícios anteriores, e as atualizações monetárias após esta data foram debitadas ao resultado do exercício. De acordo com as regras estabelecidas para o REFIS IV, implicará em imediata rescisão do parcelamento e remessa do débito para inscrição em Dívida Ativa da União ou prosseguimento da execução, conforme o caso, a falta de pagamento: I - de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou não; ou II - de 1 (uma) parcela, estando pagas todas as demais. A rescisão do parcelamento independerá de

notificação prévia e implicará: I - na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago; e II - na automática execução da garantia prestada, quando existente, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

13. Outras Obrigações Tributárias:

	2010	2009
ICMS	331.197	287.580
ISS	2.357	887
PIS	198	1.389
COFINS	9.839	13.758
IRRF	6.751	8.054
INSS	59.449	55.520
FGTS	15.967	15.863
ICMS - Parcelamento	180.358	171.781
Parcelamento Especial - PAES	43.817	50.943
Outros	8.901	8.787
Total do circulante	658.834	614.562
ICMS - Parcelamento	137.839	303.170
Parcelamento Especial - PAES	87.717	127.357
Total do não circulante	225.556	430.527

14. Provisão para Contingências: A "Sociedade" é ré em diversos processos de natureza cível, trabalhista e tributária. Os desfechos destes processos não são totalmente previsíveis na data do balanço. O valor da perda estimada calculado pelos assessores jurídicos da "Sociedade", bem como o valor considerado na provisão para contingências corresponde a:

	Valor da perda estimada	Valor da provisão para contingência	Parcela não provisionada
31 de dezembro de 2009			
Trabalhista	-	-	-
Cível	-	-	-
Tributária	15.340.549	15.340.549	-
Total	15.340.549	15.340.549	-

	Valor da perda estimada	Valor da provisão para contingência	Parcela não provisionada
31 de dezembro de 2010			
Trabalhista	3.339	3.339	-
Cível	-	-	-
Tributária	8.670	8.670	-
Total	12.009	12.009	-

No decorrer do exercício de 2010 a Administração implementou novos controles e está finalizando o levantamento e análise de todos os processos nos quais a "Sociedade" está envolvida, seja como ré ou autora, tendo provisionado todos os valores relativos aos processos que seus consultores jurídicos julgaram como de provável perda. Adicionalmente, conforme comentado na nota explicativa nº 12, em 2010 a "Sociedade" aderiu ao programa de parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09, tendo transferido para o passivo exigível os valores correspondentes a diversas ações de natureza tributária que se encontravam em curso em 31 de dezembro de 2009, incluídas contabilmente na provisão para contingências. Além dos processos provisionados, conforme demonstrado acima, em 31 de dezembro de 2010 a "Sociedade" é ré em outros processos classificados pelos consultores jurídicos como de perda possível (processos cuja avaliação na data do balanço não indica suficiente segurança quanto ao desfecho favorável ou não à "Sociedade"), no montante total de R\$ 18.751.491, resumidos a seguir, por natureza:

	Valor da perda possível
Trabalhista	-
Cível	-
Tributária	18.571.491
Total	18.571.491

15. Caucionamento de Clientes: Refere-se a valores dados em garantia pelos clientes que possuem bens da empresa em seu poder, tais como vasilhames, engradados, mesas, geladeiras, etc. **16. Patrimônio Líquido: (a) Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2010 o capital social é de R\$ 9.686.805 (nove milhões, seiscentos e oitenta e seis mil oitocentos e cinco reais), totalmente integralizado e representado por 379.335 (trezentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e cinco) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 331.277 (trezentos e trinta e uma mil, duzentos e setenta e sete) ações ordinárias e 48.058 (quarenta e oito mil, cinqüenta e oito) ações preferenciais nominativas Classe "A". Segundo o Estatuto Social o lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação: **a.** 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal; **b.** Até 10% (dez por cento) para gratificação aos administradores; **c.** 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos, recebendo os titulares de ações preferenciais um acréscimo de 10% (dez por cento); **d.** O Conselho de Administração poderá autorizar, "ad referendum" da Assembleia Geral, a distribuição de dividendos relativos a lucros acumulados, intermediários por conta de resultado de período não encerrado ou, ainda, pagamento de juros sobre capital próprio.

(b) Ajustes de Exercícios Anteriores:

	2010	2009
Estorno (Contabilização) de Provisão para contingência	15.000.133	(14.541.638)
Parcelamento especial Lei 11.941/09	(3.580.255)	-
Outros ajustes	161.196	(10.891)
Total	11.581.074	(14.552.529)

	2010	2009
17. Receitas Financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	232.519	284.441
Outros	20.236	18.588
Total	252.755	303.029

	2010	2009
18. Despesas Financeiras:		
Juros sobre parcelamentos tributários	374.321	79.312
Outros	18.330	34.657
Total	392.651	113.969

	2010	2009
19. Outras Despesas Operacionais:		
Núcleo de apoio administrativo	370.517	352.677
Outras despesas	232.624	233.241
Total	603.141	585.918

20. Informações sobre Partes Relacionadas: A "Sociedade" é parte do Grupo Simões, o qual é constituído pelas seguintes empresas:

Sociedades Investidoras

Denominação	Atividades Preponderantes
Juma Participações S.A.	Holding Societária
Sipasa Participações S.A.	Holding Societária

Demais Sociedades

Denominação	Atividades Preponderantes
BNB - Brasil Norte Bebidas Ltda.	Fabricação de refrigerantes e distribuição de bebidas (refrigerantes, sucos, cerveja e água mineral)
Compar - Cia Paraense de Refrigerantes	Fabricação de refrigerantes e distribuição de bebidas (refrigerantes, sucos, cerveja e água mineral)
Carboman- Gás Carbônico de Manaus Ltda.	Produção de gás carbônico
Benevides Águas S.A.	Engarrafadora de água mineral
Murano Veículos Ltda.	Comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos
Monttana Veículos Ltda.	Comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos
Shizen Veículos Ltda.	Comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos
V8 Veículos Ltda.	Comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos

Termos e condições de transações com partes relacionadas:

As vendas e compras envolvendo as partes relacionadas acima mencionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a "Sociedade" não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionadas com os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua. Quando existentes, os contratos de mútuo entre a "Sociedade" e as demais partes relacionadas são realizados com encargos remuneratórios compatíveis com o mercado. **Remuneração do pessoal-chave da administração do Grupo:** Os diretores e principais executivos, acionistas ou não, participam do Programa de Participação nos Resultados (PPR), nos termos do acordo homologado com o Sindicato dos trabalhadores, respeitadas as regras específicas para a categoria. No exercício de 2010 os administradores e diretores perceberam remuneração total de R\$ 123.433, incluído-se neste valor as gratificações do PPR e outras, bem como as remunerações mensais, inclusive do Conselho de Administração, debitadas ao resultado do exercício. **21. Seguros:** A "Sociedade" busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas para os seus principais ativos físicos, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza suas operações. Em 31 de dezembro de 2010 a "Sociedade" possuía, no julgamento da sua Administração, cobertura de seguros considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com seus ativos e suas operações. **22. Instrumentos Financeiros:** Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 o valor dos instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores de mercado. Não é política da "Sociedade" operar com derivativos, e não ocorreram operações desta natureza nos exercícios de 2009 e de 2010.